



Créditos: Carta de Moçambique

NÃO ÀS PORTAGENS NA ESTRADA CIRCULAR DE MAPUTO

Em claro desrespeito pela Justiça, Ministro Machatine antecipa-se à decisão do Tribunal Administrativo e declara que portagens são incontornáveis

- Assumindo uma postura arrogante e própria de quem confunde governar com a imposição de ordens, o Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Osvaldo João Machatine, afirmou ontem que a cobrança de taxas de portagens na Estrada Circular de Maputo é incontornável. “Esta questão das portagens é incontornável, porque não temos como garantir a manutenção desta infra-estrutura”.

- Em claro desrespeito pelos órgãos da Justiça e demais cidadãos, o Ministro Machatine vem declarar que as portagens são incontornáveis antes mesmo do Tribunal Administrativo decidir sobre a providência cautelar para a suspensão do despacho que fixa as taxas a pagar nas portagens da Costa do Sol, Zintava, Cumbeza e Matola Gare, na Estrada Circular de Maputo. O despacho em questão não está em conformidade com o interesse público e respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos que devem nortear a actuação da Administração Pública.



Faltando uma semana para o início da cobrança de taxas de portagens na Estrada Circular de Maputo, o Ministro que tutela o sector das obras públicas vem informar os moçambicanos que o Governo de que faz parte não tem opções para garantir a manutenção daquela via, por isso os utentes devem pagar pela circulação.

Porquê razão o Ministro Machatine não fez essa declaração antes do início da instalação das portagens para permitir um debate franco, aberto e inclusivo sobre as várias opções de garantir a manutenção da Estrada Circular? Quer dizer, sozinho, o Ministro Machatine chegou à conclusão de que o Governo não tinha outra solução para a manutenção da Estrada Circular de Maputo que não fosse a instalação de portagens? Porquê razão não discutiu com os utentes a necessidade de assegurar a manutenção da estrada antes de ordenar a instalação de portagens?

Faltando uma semana para o início da cobrança de taxas de portagens, o Ministro Machatine vem afirmar que está preocupado em garantir a longevidade da Estrada Circular de Maputo para que milhares de pessoas que já

se tornaram dependentes da via continuem a usá-la. Ou seja, o Ministro Machatine não está preocupado com as condições financeiras dos milhares de cidadãos que diariamente usam aquela via. O Ministro Machatine está preocupado com a longevidade da estrada e a única solução que tem é cobrar os utentes, violando a sua liberdade de circulação. Alguma vez o Ministro Machatine dialogou com os utentes da Estrada Circular de Maputo sobre a necessidade de garantir a manutenção da via?

O Ministro Machatine falou de “modelo social” usado na definição das taxas a serem cobradas nas quatro portagens. Existirá um “modelo social” para cidadãos que há muito sobrecarregados com o alto custo de vida? Existirá um “modelo social” para cidadãos que já estão a pagar a dívida pública contraída para a construção da estrada que hoje estão a ser obrigadas a pagar pela sua utilização? Com quem o Governo discutiu o “modelo social” supostamente usado na definição das taxas que os cidadãos devem pagar nas praças de portagens instaladas na Estrada Circular de Maputo? Esse modelo é “social” na perspecti-

va de quem? Do Governo? Ou dos cidadãos que vão pagar as taxas de portagens?

Não basta afirmar que a fixação das taxas a pagar nas portagens teve em conta os custos de manutenção de rotina e periódica, custos de reabilitação, a extensão da via (71 quilómetros) e o período de concessão (20 anos). Os cidadãos devem ser devidamente informados, com direito de participar nos debates, pois as taxas das portagens terão impacto negativo nos seus orçamentos familiares.

Ao contrário da Estrada Maputo - Witbank (EN4), que é uma parceria público privada financiada, construída, operada e mantida pela sul-africana TRAC, a Estrada Circular de Maputo é um projecto eminentemente público e sem fins lucrativos, projectado e financiado pelo Estado através de uma dívida pública contraída em nome do Povo moçambicano junto ao Exim Bank da China.

O Ministro Machatine disse que existem vias alternativas para as pessoas que não querem usar a Estrada Circular e prometeu criar condições de reparação de alguns troços. Ora, a cobrança de portagens inicia no dia 1 de Fevereiro e, faltando uma semana, o Governo

vem prometer que irá reabilitar alguns troços da Estrada Circular. A pergunta que se coloca é: Enquanto o Governo não reabilitar esses troços, como é que as pessoas que não têm dinheiro para pagar as portagens irão exercer o seu direito de circular livremente?

Sobre as vias alternativas, é preciso dizer que em alguns locais onde foram implantadas as portagens não existem vias alternativas, nomeadamente nos bairros Costa do Sol e Kumbeza. Aliás, numa entrevista à TVM, a emissora pública de televisão, o director-geral da ANE, Amérco Dimande, declarou que a construção de estradas alternativas poderia esvaziar o conceito de utilizador-pagador

através do desvio de tráfego. Um dirigente máximo de uma instituição de Estado a defender a violação dos direitos dos cidadãos à livre circulação e aos serviços públicos gratuitos.

É de lei a construção de vias alternativas às estradas concessionárias. Nos termos do artigo 23 do Decreto 31/96, de 16 de Julho, que aprova o regime de concessão de estradas e pontes com portagem, o "Governo reserva-se a faculdade de construir estradas em condições regulares de piso, oferecendo transitabilidade ao tráfego rodoviário em tanto que via alternativa à estrada com portagem ou às suas intersecções ou confiar à concessionária

a respectiva construção".

Ainda na sua intervenção de ontem, o Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos fez saber que a entrada de novos accionistas na REVIMO, empresa concessionária da Estrada Circular de Maputo, permitiu a injeção de 40 milhões de dólares, valor usado para a conclusão das obras Nó de Tchumene (intersecção entre a Circular e a EN4), iluminação pública e trabalhos de manutenção. Será todo valor foi gasto em obras? As obras de construção do Nó de Tchumene já estavam em estado avançado quando a estrada foi concessionada à REVIMO. O que aconteceu foi investir na sua conclusão.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

